

Postura da universidade pública frente às pressões do mercado foi uma das polêmicas centrais no primeiro debate sobre EàD em Bauru

No dia 21 de outubro, teve início em Bauru, no campus da Unesp, o “I Fórum de Debates sobre EàD”. A atividade é fruto do acordo firmado entre o Fórum das Seis e o Cruesp, em junho, durante as negociações da data-base 2009, de estimular na comunidade universitária a reflexão sobre o ensino à distância e o projeto Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), consórcio criado pelo governo paulista em 2008 e que envolve a Unesp, a Unicamp e a USP, o Centro Paula Souza e demais instituições públicas, como a Fapesp, a Fundação Padre Anchieta, a Imprensa Oficial do Estado etc.

Este primeiro encontro teve como tema central “EàD: Por que e para quem? Limites e possibilidades”. Pelo Fórum, debateram os professores César Augusto Minto (USP) e Maria Aparecida Segatto Muranaka (Unesp); pelo Cruesp, os professores José Armando Valente (Unicamp) e Cleide Mara Ribeiro Souza (Núcleo de Tecnologia Educacional de Morrinhos/GO).

Cerca de 120 pessoas – entre estudantes, professores e servidores – compareceram ao debate, oriundas da USP, Unicamp, Unimep/Piracicaba e dos campi da Unesp de Assis, Bauru, Marília e Rio Claro. O evento teve transmissão ao vivo pela Internet, inclusive com o recebimento de perguntas.



Os debatedores e o público durante o debate em Bauru

O professor Valente iniciou sua exposição conceituando EàD como uma modalidade de educação na qual a mediação didático-pedagógica ocorre por meio de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Ele destacou a existência de três tipos de abordagem: a que se baseia no autodidatismo (com material de apoio e sem interação, no estilo “Telecurso 2000”); a que promove a virtualização da sala de aula tradicional (o professor dissemina a informação e utiliza material instrucional, mas a interação é pequena); a que se ancora na mediação de educadores preparados (que estimulam o “estar junto virtual”).

O professor da Unicamp defendeu o terceiro tipo de abordagem e detalhou o que seria “estar junto virtual”: a combinação de atividades presenciais com plataformas on-line, nas quais o aprendiz tem a oportunidade de descrever suas indagações ao professor e compartilhá-las com uma rede de pessoas. Para ele, isso significa que o professor tem “voz” e pode “ouvir” o estudante. “É óbvio que não dá para fazer um sistema como esse em massa e sim, no máximo, com 20 ou 25 alunos por instância de aprendizes”, frisou.

Em sua exposição inicial, o professor César Minto procurou destacar as principais características que têm marcado o uso de EàD no país:

- A formatação de cursos modulares;
- A oferta de cursos aligeirados;
- A distância é utilizada em parte ou no todo. Os períodos qualificados como presenciais resumem-se, geralmente, ao encontro de estudantes com monitores e/ou tutores;
- A precarização do trabalho docente, com a substituição deste profissional por monitores e/ou tutores temporários;
- A fragmentação dos processos de ensino e de aprendizagem: quem planeja e monta o curso não é a mesma pessoa que o aplica e nem a que o avalia.

César Minto também procurou desfazer a relação automática entre ensino à distância e tecnologias de informação e comunicação (TIC). “Todo aquele que critica essa relação, procurando delimitar seu alcance, é tachado de obsoleto, um ‘dinossauro’, como se tais tecnologias só pudessem ser usadas desta forma”.

A professora Cleide centrou a exposição na descrição de suas experiências com a formação continuada de professores da rede pública de Goiás. Para ela, o EàD estabelece um novo conceito de espaço e tempo. “Em muitos casos, o tempo necessário é até maior do que o despendido na educação presencial, dependendo do ritmo do aluno”. A docente contou que o maior problema enfrentado em sua experiência com EàD é cultural: “As pessoas têm a ideia de que um curso à distância é necessariamente fácil, mas essa confusão se desfaz após o início da atividade”.

A professora Segatto citou o notório crescimento do EàD nas instituições privadas de ensino superior. Em 2000, havia sete instituições credenciadas junto ao MEC; em 2007, já eram 97 instituições (ofertando 408 cursos), o que significa um crescimento de 1.385%.

Ela também destacou o *boom* do ensino superior privado. Na lista das 15 maiores instituições em número de estudantes, a USP aparece em sexto lugar e a Unesp em nono. “Se crescemos tanto em oferta de ensino superior, por que o EàD?”, questionou. Para Segatto, a resposta é simples: parte considerável dos estudantes não pode mais pagar as mensalidades dos cursos presenciais. “Para essa ‘clientela’ pobre, o EàD surge como uma alternativa mais barata e, de quebra, com maior facilidade de tempo”.

A docente da Unesp dedicou boa parte de sua explanação para criticar o uso de EàD na formação inicial, sobretudo de professores. Ela enfatizou que, neste caso, não se trata somente de exigir qualidade nas graduações à distância. “Com qualidade ou não, não podemos aceitar uma formação inicial que não seja presencial. Vida e ser humano são históricos e sua construção se dá na relação com o outro. E é na educação presencial que a troca é possível”, pontuou.

“Achar que um professor possa ser formado à distância é uma irresponsabilidade do ponto de vista de política pública sobre formação de professores e pode comprometer a educação de várias gerações”, completou Minto. Ele lançou um desafio aos defensores do EàD na formação inicial: “Será que deixaríamos seus filhos serem educados por um professor formado à distância?”

As pressões do mercado

Uma afirmação do professor Valente em sua exposição inicial gerou várias intervenções durante o debate, entre os colegas da mesa e os participantes da plenária. Alertando para o fato de que as instituições privadas estão promovendo ensino à distância em larga escala e sem maiores preocupações com a qualidade, ele lançou a pergunta: “Deixaremos o mercado decidir por nós?” Para ele, as universidades públicas devem tomar a frente e reverter esse processo. “Podemos fazer com qualidade, não de forma aligeirada e mercantilista”, concluiu.

“Tem momentos que é preferível perder o bonde da história, ou será que vamos compactuar com essa política de educação escolar diferenciada para diferentes classes sociais?”, respondeu a professora Segatto.

“De fato, não devemos deixar que o mercado decida por nós”, interveio o professor Minto. Ele considera que embarcar no EàD da forma que as universidades públicas estão fazendo é que significa se submeter aos interesses do mercado. O docente frisou que, do ponto de vista de política pública, não devemos compactuar com afirmações do tipo: “Se a universidade pública pode fazer EàD melhor do que as privadas, deve fazer” ou, ainda, “melhor EàD do que nada...”

Minto também ressaltou que a expansão de vagas públicas por meio de ensino à distância é uma política discriminatória. “A intenção do governo é preservar os chamados centros de excelência para a formação dos quadros dirigentes e o EàD e outras formas aligeiradas de ensino para a maioria dos que conseguem ter acesso a esse nível de ensino.”

EàD e pesquisa

A segunda parte do debate foi destinada às perguntas. Algumas delas acabaram gerando polêmica entre os debatedores.

“O EàD não secundariza a pesquisa?”, quis saber um participante da plenária.

Para o professor Valente, não. Ele considera que todos os cursos à distância que estão sendo organizados pelas universidades estaduais têm caráter de pesquisa, pois geram dissertações, artigos, iniciação científica etc.

O professor Minto disse ver o problema de outro modo. Ele destacou a diferença entre transmissão e produção do conhecimento, que precisam sempre ser trabalhadas conjuntamente. “O que vejo no EàD é o privilégio do primeiro aspecto”, enfatizou.

Quanto custa

Algumas perguntas da plenária relacionaram-se ao custo do EàD. O professor Valente afirmou que, no modelo por ele defendido, o custo é praticamente igual ao do ensino presencial. “Receber o questionamento e dar respostas a cada aluno toma tempo. Também temos que investir numa plataforma tecnológica que permita que toda a rede de aprendizes veja o que está sendo perguntado e respondido”.

Sobre este aspecto, o professor Minto citou um documento do período de criação da Univesp, que previa um custo total de R\$ 3.000 por aluno nas graduações à distância. “Se descontarmos os gastos com

hospitais, aposentadorias e outros, veremos que um estudante da USP custa em média o equivalente a R\$ 10 mil por ano”, comparou.

Centro Paula Souza

Um dos participantes quis saber do professor Valente sobre os cursos que estão sendo ministrados a professores do Centro Paula Souza (Ceeteps). No final de agosto, cerca de 200 professores e diretores da instituição finalizaram o Curso de Capacitação Docente para o Ensino Semipresencial, oferecido pela Secretaria de Ensino Superior do Estado e ministrado na Unicamp. Em 2010, o Ceeteps pretende oferecer a graduação Tecnologia em Processos Gerenciais à distância.

Valente confirmou a informação de que a Unicamp está “assessorando” o Ceeteps na “transformação” de cursos presenciais em EàD. “Espero que a maneira com que isto está sendo feito mantenha a qualidade dos cursos e as atividades técnicas. Não é possível dar formação técnica ao aluno sem laboratórios”, disse.

O professor Minto questionou a viabilidade prática da proposta. “Estes laboratórios seriam criados em alguns pólos, apenas para demonstração?”

A professora Cleide interveio neste aspecto, dizendo que não vê impossibilidade de atividades práticas à distância. “Estas atividades podem ser monitoradas no ambiente à distância”, sugeriu.

Respostas

Em sua última intervenção, o professor Minto procurou dar respostas aos questionamentos levantados pelo título do primeiro debate sobre EàD.

Por que? “Para atender a uma demanda artificial”.

Para quem? “Para a população pobre e subalterna, que tem sido negligenciada no seu direito ao ensino presencial de qualidade”.

Limites: “EàD não substitui o ensino presencial”.

Possibilidades: “As tecnologias de informação e comunicação podem e devem ser usadas como ferramentas complementares no ensino presencial”.

Ao final do evento em Bauru, a tônica consensual entre os participantes foi destacar a importância da continuidade do debate sobre o tema.